



ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL: democratizar acesso ou permanência?¹

Ana Paula Leite Nascimento²

RESUMO

O trabalho realizou um estudo acerca da defesa da democratização das condições de acesso e permanência e sua relação com a atuação profissional orientada pelo projeto ético-político do Serviço Social. Discutiu-se sobre a Assistência Estudantil, com ênfase no debate das condições de acesso e permanência. Abordou-se a respeito da construção do projeto ético-político do Serviço Social. Destacou-se a atuação do assistente social a partir dos princípios que norteiam o exercício profissional. Confirmou-se que a defesa da democratização do acesso e da permanência denota uma relação com os princípios do projeto ético-político do Serviço Social, requerendo a reafirmação e a materialização deste projeto.

Palavras-Chave: Educação. Assistência Estudanti. Projeto ético-político do Serviço Social.

ABSTRACT

Work conducted a study about the defense of democratization of access conditions and permanence and its relation to professional practice guided by ethical-political project of Social Work. It was discussed on the Student Assistance, with emphasis on the discussion of the conditions of access and permanence. It approaches regarding the construction of the ethical-political project of Social Work. We highlight the role of social worker from the principles that guide professional practice. It was confirmed that the defense of democratization of access and permanence denotes a relation with the principles of ethical-political project of Social Work, requiring the restatement and the materialization of this project.

Keywords: Education. Student Assistance. ethical-political project of Social Work.

¹ Esse artigo foi produzido a partir da experiência de projeto de pesquisa no âmbito do mestrado em Serviço Social do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Convém ressaltar que a pesquisa encontra-se em andamento e parte da dissertação foi qualificada, obtendo resultado de aprovação, com posterior defesa a ser realizada em agosto do corrente ano.

² Graduada em Serviço Social (UFS, 2009); especialista em Escola e Comunidade (UFS, 2010); mestranda em Serviço Social do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social da UFS, com ingresso em 2011; assistente social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS), lotada no Campus Lagarto desde o ano de 2009, situado à Rodovia Lourival Batista, S/N, Povoado Carro Quebrado, Lagarto – SE, CEP: 49400-000; endereço eletrônico: paulajcbrasil@yahoo.com.br.



I INTRODUÇÃO

O artigo, ora apresentado, realizou um estudo acerca da defesa da democratização das condições de acesso e permanência e sua relação com a atuação profissional orientada pelo projeto ético-político do Serviço Social. Registrou-se inicialmente uma discussão sobre a Assistência Estudantil, com ênfase no debate das condições de acesso e permanência.

Abordou-se a respeito da construção do projeto ético-político do Serviço Social e em seguida deu-se destaque à atuação do assistente social a partir dos princípios que norteiam o exercício profissional, com o recorte para a contribuição deste profissional na Assistência Estudantil.

Transcorrida a exposição acerca do projeto ético-político do Serviço Social, partiu-se para a contextualização sobre a Assistência Estudantil, buscando-se trazer à tona os apontamentos alusivos à defesa da democratização das condições de acesso e permanência e sua relação com a atuação profissional do assistente social com base nos princípios e valores do seu projeto ético-político.

O trabalho em pauta caracterizou-se como uma pesquisa bibliográfica³. A abordagem do estudo contemplou as dimensões qualitativa e quantitativa, visto que “o conjunto de dados quantitativos e qualitativos, porém, não se opõem. Ao contrário, se complementam, pois a realidade abrangida por eles interage dinamicamente, excluindo qualquer dicotomia”. (MINAYO, 1994, p. 22). Destacou-se como predominante, por sua vez, a natureza qualitativa desta pesquisa.

Para a coleta de dados utilizou-se do levantamento bibliográfico, constituindo-se como procedimento metodológico por excelência na coleta de informações. A análise e interpretação dos dados foram realizadas a partir de categorias⁴ definidas durante o

³ A pesquisa bibliográfica “é elaborada com base em material já publicado. Tradicionalmente, esta modalidade de pesquisa inclui material impresso, como livros, revistas, jornais, teses, dissertações e anais de eventos científicos. Todavia, em virtude da disseminação de novos formatos de informação, estas pesquisas passaram a incluir outros tipos de fontes, como discos, fitas magnéticas, CDs, bem como o material disponibilizado pela Internet. Praticamente toda pesquisa acadêmica requer em algum momento a realização de trabalho que pode ser caracterizado como pesquisa bibliográfica”. (GIL, 2010, p.29).

⁴ Para Marx “as categorias são formas de ser, determinações da existência”. As categorias, diz ele, “exprimem [...] formas de modos de ser, determinações de existência, frequentemente aspectos isolados de [uma] sociedade determinada” – ou seja: elas são objetivas, reais (pertencem à ordem do ser – são categorias ontológicas); mediante procedimentos intelectivos (basicamente, mediante a abstração), o pesquisador as reproduz teoricamente (e, assim, também pertencem à ordem do pensamento – são



estudo à luz do referencial teórico, construído no decorrer da investigação. Cabe registrar que a pesquisa foi norteada pelo método dialético⁵, buscando interpretar a realidade mediante a perspectiva ontológica, sob o viés da totalidade.

II. ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: o debate sobre as condições de acesso e permanência

Sabe-se que a escola é uma expressão da sociedade e sendo demarcada no contexto capitalista abriga as contradições inerentes à dinâmica do desenvolvimento capitalista. A esse respeito corroboramos com o que expressa Netto (2007, p.142-143, *grifos do original*):

[...] desenvolvimento capitalista é, necessária e irredutivelmente, produção exponenciada de riqueza e produção reiterada de pobreza. Não cabe retomar, aqui, a processualidade deste traço, que é próprio da dinâmica do desenvolvimento capitalista - e que encontra a sua fundamentação teórica nos desdobramentos da lei geral da acumulação capitalista. O desenvolvimento plurissecular do “capitalismo real” (isto é, do capitalismo tal como ele se realiza efetivamente, e não como o representam seus ideólogos) é a demonstração cabal e irretorquível de que a produção capitalista é simultaneamente produção polarizadora de riqueza e de pobreza (absoluta e/ou relativa). Ainda se está por inventar ou descobrir uma sociedade capitalista - em qualquer quadrante e em qualquer período histórico - sem o fenômeno social da pobreza como contraparte necessária da riqueza socialmente produzida.

A respeito do ingresso nas instituições educacionais, registra-se que os estudantes pertencentes à classe trabalhadora, denominados por alguns teóricos como sujeitos das classes populares, apresentam maiores dificuldades no que se refere ao acesso e também à permanência na escola, os quais requerem ao mesmo tempo a democratização de ambas as variáveis no cotidiano acadêmico. Vimos em Castro (2009) que determinados segmentos e grupos sociais não anseiam apenas o ingresso na escola, mas almejam a permanência.

categorias reflexivas). Por isto mesmo, tanto real quanto teoricamente, as categorias são históricas e transitórias [...]. (NETTO, 2009, p. 685).

⁵ O método dialético procura captar as mediações que explicam as relações dos complexos com a totalidade para desvendar o real a partir de suas contradições e determinações. Para tanto, parte-se dos fenômenos aparentes e através de um processo de abstração, busca-se chegar à sua essência, reproduzindo-se a realidade pesquisada no plano do pensamento, enquanto real pensado. (KOSIK, 1995).



Alude-se que a educação embora seja um direito social configura-se como uma das áreas em que a questão da desigualdade se reflete com maior nitidez no cenário brasileiro. Vejamos:

Pesquisas realizadas pelo IPEA, no final da década de 90, demonstraram, entre outros dados, que apesar de ter havido um crescimento do número de jovens que tem acesso à educação escolarizada, esse crescimento ocorre apenas no primeiro segmento da formação escolar – o ensino fundamental. E, ainda assim, quando se comparam os dados de escolaridade da população de crianças e jovens brancas e das negras, os números apresentados revelam que os níveis de desigualdade, tanto no acesso quanto na conclusão das etapas iniciais da escolarização, aumentam consideravelmente para as pessoas da raça negra. (MAGALHÃES, 2012, p.89-90).

Avalia-se que o direito à educação não se pode efetivar apenas na ampliação das possibilidades de acesso, torna-se imprescindível a criação de mecanismos que viabilizem a permanência e a conclusão de curso daqueles que ingressam nas instituições educacionais, considerando seus diferentes níveis de ensino, “[...] reduzindo os efeitos das desigualdades apresentadas por um conjunto de estudantes provenientes de segmentos sociais cada vez mais pauperizados e que apresentam dificuldades concretas de prosseguirem sua vida acadêmica com sucesso”. (MAGALHÃES, 2012, p.94).

Nessa ótica se faz necessário abordar os principais mecanismos que foram propostos para viabilizar, na sociedade brasileira, a permanência dos estudantes oriundos da classe trabalhadora, que ao ingressarem nas instituições educacionais demandam ações que possibilitem a conclusão dos seus respectivos cursos e êxito na trajetória acadêmica. Ao conjunto dessas ações chamamos de Assistência Estudantil, enquanto política de enfrentamento ao velho e crônico enigma da evasão, da repetência, e, especialmente das desigualdades econômicas, sociais e culturais, como traços presentes na educação brasileira.

Antes de realizar um breve resgate histórico acerca da institucionalização da Assistência Estudantil, iremos priorizar neste tópico a discussão de elementos conceituais centrais para pensar a política de Assistência Estudantil.

Com referência na reflexão desenvolvida por Nascimento (2012b, p.147), faremos a “[...] problematização do conceito de *assistência*, necessário à delimitação dos parâmetros legais da assistência estudantil e do conceito de *necessidades*, para subsidiar a definição das necessidades estudantis”. A autora pondera que se essas preocupações,



de natureza teórica, não forem esclarecidas poderão apresentar entraves na delimitação das políticas de assistência ao estudante.

Em se tratando do termo assistência, com base nos apontamentos de Sposati (2006 *apud* YAZBEK, 2006, p.11) tem-se que “do ponto de vista da oferta de serviços, toda política social é assistencial na medida em que se propõe a prover uma necessidade. Assim é a assistência médica, a técnica, a educacional etc”. Nesse sentido, o caráter assistencial é comum, transversal, às políticas sociais.

Segundo Yazbek (2006) o assistencial manifesta-se como estratégia de dupla face, quais sejam: o assistencial como mecanismo de estabilização das relações sociais, constituindo-se na ótica da ação estatal; como forma concreta de acesso a recursos, serviços e também a um espaço de reconhecimento de direitos, esta é a face procurada pelos excluídos e subalternizados. Então o assistencial apresenta-se como “[...] campo concreto de acesso a bens e serviços, enquanto oferece uma face menos perversa ao capitalismo. Obedece, pois, a interesses contraditórios, sendo um espaço em que se imbricam as relações entre as classes e destas com o Estado”. (YAZBEK, 2006, p.53).

O assistencial denota “[...] uma das características em que se expressa a ação do Estado brasileiro nas políticas governamentais de corte social” (SPOSATI *et al*, 1989, p. 22). Verifica-se que o caráter assistencial é a modalidade que primordialmente conforma as políticas sociais brasileiras, com evidência para a emergência que reveste as ações estatais no campo social. Para Sposati *et al* (1989) é o assistencial que delimita o caráter de emergência às políticas sociais, entendendo a emergência aqui não como a capacidade governamental em responder com prontidão e rapidez de ação, mas refere-se às respostas estatais de forma eventual e fragmentada.

[...] Com isto o desenho das políticas sociais brasileiras deixa longe os critérios de uniformização, universalização e unificação em que se pautam (ou devem pautar) as propostas do *Welfare State*. Em contraposição à universalização utilizarão, sim, mecanismos seletivos como forma de ingresso das demandas sociais. (SPOSATI *et al*, 1989, p. 23).

Baseando-se na literatura que concebe as políticas sociais como políticas que possuem uma dimensão assistencial, chegamos à compreensão que a Assistência Estudantil incorpora o caráter assistencial da política de educação. Registra-se que as ações de Assistência Estudantil surgem a partir de reivindicações em defesa do



provimento, por parte das instituições educacionais e do Estado, das condições necessárias à permanência dos estudantes. (NASCIMENTO, 2012b).

Ainda com referência em Sposati *et al* (1989, p.30) acerca do mecanismo assistencial presente nas políticas sociais, tem-se que o assistencial “[...] revela-se, ao mesmo tempo, como exclusão e inclusão aos bens e serviços prestados direta ou indiretamente pelo Estado”. No caso da política de Assistência Estudantil, Nascimento (2012b) aponta que esse mecanismo possui duas faces: uma de inclusão e outra de exclusão. “Sua face inclusiva se dá por, de fato, atender às necessidades [...] dos estudantes. Por outro lado, ao estruturar-se por critérios de elegibilidade manifesta sua face de exclusão” (NASCIMENTO, 2012b, p.149), pois com tais critérios muitos estudantes que apresentam demandas inerentes ao acesso das ações de permanência, embora tenham o perfil para acessar as referidas ações, ficam aguardando surgimento de vagas para a possível inserção nos auxílios, programas e serviços ofertados através da Assistência Estudantil, deixando os estudantes a mercê das estratégias individuais no enfrentamento às dificuldades de permanência. Nesse debate concordamos com Castro (2009), quando sinaliza que:

na persistência de uma atuação ineficaz por parte do Estado, os estudantes criam seus próprios mecanismos de defesa e estratégias para permanecer [...] *nas instituições educacionais*. As dificuldades de ordem emocional e financeira, numa relação direta entre si, afloram inseguranças e medos, que, dependendo da situação de cada um, irão determinar estratégias e encaminhamentos múltiplos e diferenciados. (CASTRO, 2009, p.256, *grifo nosso*).

Cumpramos ressaltar que a implementação de uma política de Assistência Estudantil direcionada pela concepção “[...] reduzida a benefícios focalizados, emergenciais, destinados a um público específico, é fruto da forma como se configurou o assistencial, no Brasil, nos limites da formação social do país”. (NASCIMENTO, 2012b, p.151).

Sobre a problematização do conceito de *necessidades*, tem-se que a teorização crítica deste conceito, de acordo com Nascimento (2012b), no campo da política de Assistência Estudantil justifica-se pelo foco dessa política se remeter ao provimento das condições necessárias à permanência dos estudantes nas instituições educacionais. Nota-se a partir desse contexto que o alcance dos objetivos propostos por essa política requer maior esclarecimento acerca das reais necessidades demandadas pelos estudantes, diga-se, dos usuários da política em questão.



Acerca da compreensão limitada e por vezes equivocada das necessidades estudantis, destacaremos a experiência das ações relativas aos programas de moradia estudantil. Vejamos:

Se tomarmos como exemplo os Programas de Moradia Estudantil, fica possível perceber a importância da leitura crítica das necessidades estudantis na formulação das ações de assistência a esse público específico. Uma peculiaridade desses Programas é o fato de exigirem articulação com as demais políticas desenvolvidas [...] *no espaço educacional*, pois, se levarmos em consideração a complexidade das necessidades estudantis, veremos que a convivência nas Casas de Estudantes desencadeia uma série de outras demandas que são fruto da especificidade das condições de vida dos estudantes e, portanto, extrapolam a demanda por moradia, se esta for entendida enquanto teto somente. (NASCIMENTO, 2012b, p.152, *grifo nosso*).

Em Nascimento (2012b, p.153) verifica-se que “a discussão que perpassa as políticas de satisfação de necessidades, no contexto brasileiro, situa-se na noção de mínimos sociais, o que gera uma suposta vinculação entre a ideia de mínimo e a de básico”. Com relação ao debate sobre essa ideia, corroboramos com os fundamentos assinalados por Pereira (2011):

[...] tal vinculação (entre provisão mínima e necessidades básicas) tem conduzido à crescente tendência de se identificar semanticamente *mínimo* com *básico* e de equipará-los no plano político-decisório, o que constitui uma temeridade. Por isso, é válido esclarecer que, apesar de *provisões mínimas* e *necessidades básicas* parecerem termos equivalentes do ponto de vista semântico, eles guardam diferenças marcantes do ponto de vista conceitual e político-estratégico. *Mínimo* e *básico* são, na verdade, conceitos distintos, pois, enquanto o primeiro tem a conotação de *menor*, de *menos*, em sua acepção mais ínfima, identificada com patamares de satisfação de necessidades que beiram a desproteção social, o segundo não. O *básico* expressa algo *fundamental, principal, primordial* que serve de base de sustentação indispensável e fecunda ao que a ela se acrescenta. [...] Assim, enquanto o *mínimo* pressupõe supressão ou cortes de atendimentos, tal como propõe a ideologia liberal, o *básico* requer investimentos sociais de qualidade para preparar o terreno a partir do qual maiores atendimentos podem ser prestados [...]. (PEREIRA, 2011, p. 26, *grifos originais*).

Ante as ponderações expostas, referendamos a importância da leitura crítica das necessidades estudantis enquanto diretriz norteadora para a formulação das ações de assistência ao público que demanda suas intervenções.



III. ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DEFENDIDA COM BASE NO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL

Quando afirmamos que a Assistência Estudantil pode ser defendida com base no projeto ético-político do Serviço Social, a referência que norteia tal assertiva é decorrente da compreensão que esta política se apresenta como um espaço de atuação profissional do assistente social, considerando os diferentes espaços sócio-ocupacionais que demandam a intervenção profissional por parte dos assistentes sociais, categoria profissional que construiu um projeto ético-político próprio, como veremos a seguir. Desta feita, dentre as diversas categorias profissionais presentes no processo de formulação, implementação e avaliação da política de Assistência Estudantil, demarca-se a presença do assistente social como profissional que se insere nessa dinâmica, com o fito de em conjunto com as demais categorias dar respostas profissionais ao processo de enfrentamento às expressões da questão social⁶, preservando-se as particularidades do exercício profissional.

Como esse trabalho se propõe a realizar um estudo acerca da defesa da democratização das condições de acesso e permanência e sua relação com a atuação profissional orientada pelo projeto ético-político do Serviço Social, abordaremos inicialmente sobre a construção do projeto ético-político do Serviço Social e em seguida daremos ênfase à atuação do assistente social a partir dos princípios que norteiam o exercício profissional, com o recorte para a contribuição deste profissional na Assistência Estudantil, cujo direcionamento aqui delimitado será a dimensão ético-política expressa no referido projeto profissional.

Sobre o entendimento de projetos profissionais corroboramos com a seguinte acepção:

⁶ “[...] conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana - o trabalho – das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos. [...] expressa, portanto disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa as relações entre amplos segmentos da sociedade civil e o poder estatal. [...] tem a ver com a emergência da classe operária e seu ingresso no cenário político, por meio das lutas desencadeadas em prol dos direitos atinentes ao trabalho, exigindo o seu reconhecimento como classe pelo bloco do poder, e, em especial pelo Estado”. (IAMAMOTO, 2006, p. 16-17).



Os projetos profissionais apresentam a auto-imagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, práticos e institucionais) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as bases das suas relações com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais privadas e públicas (inclusive o Estado, a que cabe o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais). (NETTO, 2012, p.4, grifos do original).

Netto (2012, p.4) destaca que os projetos profissionais são construídos por um “sujeito coletivo – o respectivo *corpo (ou categoria) profissional*, que inclui não apenas os profissionais ‘de campo’ ou ‘da prática’, mas que deve ser pensado como o conjunto dos membros que dão efetividade à profissão”. Salienta ainda que tais projetos denotam estruturas dinâmicas e possuem inelimináveis dimensões políticas, estas se apresentam no sentido amplo, relacionando-se aos projetos societários⁷, e, no sentido estrito, aludindo-se às perspectivas particulares da profissão.

Quanto ao sujeito coletivo que constrói os projetos profissionais, sabe-se que ele constitui um universo heterogêneo, posto que os membros da categoria profissional a que pertencem “[...] são necessariamente *indivíduos diferentes* – têm origens, situações, posições e expectativas sociais diversas, condições intelectuais distintas, comportamentos e preferências teóricas, ideológicas e políticas variadas etc”. (NETTO, 2012, p.5). Por fim, no dizer de Netto (2012) a elaboração e a afirmação, ou mesmo, a construção e a consolidação de um projeto profissional carece da nítida consciência de que o pluralismo⁸ classifica-se como um elemento factual da vida social e da própria profissão, que, por conseguinte, deve ser respeitado. O autor argumenta que a atenção a essas questões requer maior importância ao se levar em conta a relação dos projetos profissionais com os projetos societários. Em termos da discussão a respeito do pluralismo no campo do Serviço Social tem-se que:

⁷ Trata-se daqueles projetos que apresentam uma imagem de sociedade a ser construída, que reclamam determinados valores para justificá-la e que privilegiam certos meios (materiais e culturais) para concretizá-la. Os projetos societários são projetos coletivos; mas seu traço peculiar reside no fato de se constituírem como projetos *macroscópicos*, como propostas para o *conjunto* da sociedade. (NETTO, 2012, p.2).

⁸ O Pluralismo é sinônimo de abertura para o diferente, de respeito pela posição alheia, considerando que essa posição, ao nos advertir para os nossos erros e limites, e ao fornecer sugestões, é necessária ao próprio desenvolvimento da nossa posição e, de modo geral, da ciência. Sendo assim, não deve em nenhum momento ser sinônimo de ecletismo. (COUTINHO, 1991, p.14).



na atualidade, o universo do Serviço Social [...] envolve concepções profissionais muito distintas. Trata-se de um universo plural, em que se registram formas diferentes de conceber o Serviço Social, seus fundamentos, seus objetivos, suas funções e práticas etc. Para muitos profissionais, nostálgicos de um idílico tempo de unanimidades amorfas, esta diferenciação factual constitui um problema; a meu juízo, ao contrário, é índice das potencialidades do Serviço Social, demonstração inequívoca da sintonia da profissão com os conflitos, as tensões e as contradições que dinamizam as diversas sociedades [...]. Evidentemente, *não considero que as várias vertentes profissionais que registramos entre nós tenham o mesmo valor e o mesmo significado social* - afinal, [...] coexistem configurações profissionais extremamente conservadoras (quando não reacionárias) e correntes marcadas por um esquerdismo romântico-utópico. Mas estou convencido de que esta diversidade, ademais de propiciar a riqueza que pode advir do embate de idéias, expressa, sobretudo, a diferencialidade dos projetos societários que, dando forma aos interesses contraditórios das classes sociais em presença, confrontam-se [...]. (NETTO, 2007, p.136-137, *grifos do original*).

Verifica-se que os projetos profissionais demandam uma fundamentação de valores de natureza explicitamente ética, contudo, “[...] esta fundamentação, sendo posta nos Códigos, não se esgota neles, isto é: a valoração ética *atravessa o projeto profissional como um todo, não constituindo um mero segmento particular dele*”. (NETTO, 2012, p.8, *grifos do original*). É imprescindível confirmar, com base em Netto (2012), que os elementos éticos de um projeto profissional não se restringem a normativas morais e/ou prescrições de direitos e deveres, observa-se que tais elementos abarcam as opções teóricas, ideológicas e políticas dos sujeitos profissionais “[...] por isto mesmo, a contemporânea designação de projetos profissionais como *ético-políticos* revela toda a sua razão de ser: uma indicação ética só adquire efetividade histórico-concreta quando se combina com uma direção político-profissional”. (NETTO, 2012, p.8).

No que tange ao projeto ético-político de Serviço Social evidencia-se que o seu debate é recente, mas a sua história remonta à transição da década de 1970 à de 1980. Segundo Netto (2012, p.9, *grifos do autor*) foi nesse período que “[...] a *primeira condição* para a construção deste novo projeto se viabilizou: a recusa e a crítica ao *conservadorismo* profissional”. Isso evoca a elucidação da ligação que há entre a instauração do pluralismo no universo profissional e o processo de renovação profissional, imanente ao desenvolvimento da crise do Serviço Social Tradicional⁹.

⁹ O Serviço Social Tradicional é a prática empirista, reiterativa, paliativa e burocrática, orientada por uma ética liberal-burguesa, que, de um ponto de vista claramente funcionalista, visava enfrentar as incidências psicossociais da ‘questão social’ sobre indivíduos e grupos, sempre pressuposta a ordenação capitalista da vida social como um dado factual ineliminável. (NETTO, 2005, p. 6).



Na América Latina a renovação profissional é concretizada no Movimento de Reconceituação, compreendido como um movimento que acontece nos anos 1960, estendendo-se aos 1970, tendo como aspecto principal a crítica ao tradicionalismo predominante na profissão até aquele momento. Os profissionais

[...] inquietos e dispostos à renovação indagaram-se sobre o papel da profissão em face de expressões concretamente situadas da “questão social”, sobre a adequação dos procedimentos profissionais tradicionais em face das nossas realidades regionais e nacionais, sobre a eficácia das ações profissionais, sobre a pertinência de seus fundamentos pretensamente teóricos e sobre o relacionamento da profissão com os novos protagonistas que surgiam na cena político-social. (NETTO, 2005, p.9).

O Movimento de Reconceituação foi caracterizado por Netto (2007, p.137, *grifos do original*) como:

heterogêneo e diferenciado, esse processo de renovação rompeu com o histórico *conservadorismo* do Serviço Social instaurado no subcontinente. Em suas várias correntes, a *Reconceituação* criticou a pseudoneutralidade político-ideológica do Serviço Social tradicional que tinha vigência entre nós, denunciou a debilidade teórica dos seus fundamentos e demonstrou a extrema limitação dos efeitos/impactos da sua intervenção.

Deste modo, concordamos com a compreensão de que “à quebra do quase monopólio do conservadorismo político na profissão seguiu-se a quebra do quase monopólio do seu conservadorismo teórico e metodológico”. (NETTO, 2012, p.12-13).

Tem-se em Netto (2012, p.15) que “o Código de Ética Profissional de 1993 é um momento basilar do processo de construção do projeto ético-político do Serviço Social no Brasil”. Portanto, os princípios fundamentais deste Código explicitam os compromissos do Serviço Social com base na dimensão ético-política, enquanto componente que norteia o exercício profissional na perspectiva de reafirmação do projeto profissional, como observaremos a seguir.

O projeto ético-político reconhece a liberdade como valor central, compreendendo a liberdade como possibilidade de escolha entre alternativas concretas; revelando o compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. Ressalta-se que tal projeto profissional demarca sua vinculação a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem exploração/dominação de classe, etnia e gênero; afirma a defesa intransigente dos



direitos humanos e o repúdio do arbítrio e dos preconceitos; contempla o pluralismo na sociedade e no exercício profissional. (NETTO, 2012; CFESS, 2012).

Demarca-se a dimensão política do projeto quando o mesmo se posiciona a favor da equidade e da justiça social, com vistas à universalização do acesso a bens e a serviços atinentes às políticas e programas sociais; bem como da ampliação e da consolidação da cidadania enquanto garantia dos direitos civis, políticos e sociais das classes trabalhadoras. Verifica-se ainda o seu caráter político ao se declarar radicalmente democrático, entendendo a democratização como socialização da participação política e socialização da riqueza socialmente produzida. (NETTO, 2012; CFESS, 2012).

Com relação ao estritamente profissional, esse projeto alude o compromisso com a competência profissional, denotando a necessidade de aperfeiçoamento intelectual do assistente social, com ênfase na formação acadêmica qualificada, constituída a partir de concepções teórico-metodológicas críticas e sólidas, capazes de viabilizar uma análise concreta da realidade social. Isso revela a preocupação com a (auto)formação permanente, além de estimular uma constante preocupação investigativa. (NETTO, 2012; CFESS, 2012).

Cabe ainda mencionar que o projeto profissional em estudo prioriza uma nova relação com os usuários dos serviços oferecidos pelos assistentes sociais na medida em que assume o compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população, concebendo a publicidade dos recursos institucionais como instrumento indispensável para a sua democratização e universalização, contribuindo assim para estender as decisões institucionais à participação dos usuários. (NETTO, 2012; CFESS, 2012).

Sobre a hegemonia desse projeto no interior da profissão, registra-se que foi conquistada nos anos 1990, processo que ocorre mais especificamente na segunda metade do período em questão. Netto (2012, p.17) pondera que dois elementos contribuíram para aquela conquista, quais sejam:

O primeiro foi o crescente envolvimento de segmentos cada vez maiores do corpo profissional nos fóruns, nos espaços de discussão e nos eventos profissionais – bem como a multiplicação e descentralização desses fóruns, espaços e eventos. [...] O segundo consistiu no fato de que as linhas fundamentais deste projeto estão sintonizadas com tendências significativas do movimento da sociedade brasileira (do movimento das classes sociais).



Quanto à ameaça desta hegemonia, o autor sinaliza que a “cruzada antidemocrática do grande capital, expressa na *cultura* do neoliberalismo [...] é uma ameaça real à implementação do projeto profissional do Serviço Social”. (NETTO, 2012, p.19).

Vale salientar que na defesa dos princípios do projeto ético-político do Serviço Social muitas frentes de trabalho foram e estão sendo realizadas por intermédio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) em conjunto com os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS) e da Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social (ENESSO), fortalecendo a articulação entre as entidades representativas ao tempo em que possibilita a criação de mecanismos para a materialidade deste projeto ético-político. (ABEPSS, 2004).

Partindo-se da clareza que o projeto ético-político do Serviço Social não se sustenta tão somente no seu conjunto de valores e princípios, infere-se que “estes precisam ser traduzidos e concretizados a partir de mediações que se constroem e se realizam cotidianamente pela atuação profissional na e a partir da realidade”. (BOSCHETTI, 2004, p.128). Para isto, deve-se valer da compreensão que a mediação possibilita captar dialeticamente as contradições do real e compreender o ser social sob o prisma da totalidade, uma vez que “a apreensão da essência corresponde, necessariamente, à captura das mediações, que são o lócus da dialética aparência-essência”. (PONTES, 2010, p.84).

Em se tratando da atuação profissional do assistente social salienta-se que sem a apreensão dos sistemas de mediações é impossível uma melhor definição teórico-metodológica para o fazer profissional, posto que pode resultar em ações restritas aos limites da demanda institucional. Assim, reforçamos a assertiva de que:

os sistemas de mediação que articulam o ser da profissão na dinâmica social vão-se estruturando histórica e processualmente. Ficam submersos na imediatez da forma de aparecer da profissão na sociedade, e particularmente nas instituições. Em face disto, se se deseja uma real aproximação ao conhecimento do objeto de intervenção da profissão, necessário se faz empreender uma verdadeira caça às mediações que se articulam na intimidade do tecido sócio-institucional. (PONTES, 2010, p.172).



Decorrida a exposição acerca do projeto ético-político do Serviço Social, relacionando-a ao debate do exercício profissional do assistente social, partiremos para a abordagem sobre a Assistência Estudantil, buscando trazer à tona os apontamentos alusivos à defesa da democratização das condições de acesso e permanência e sua relação com a atuação profissional do assistente social com base nos princípios e valores do seu projeto ético-político.

Cabe lembrar que a abordagem dos elementos conceituais fundamentais em se tratando da reflexão a despeito da política de Assistência Estudantil foi realizada no tópico anterior desse estudo. Neste momento faremos a exposição histórica de sua institucionalização, isto é, de sua regulamentação, tendo como marco a aprovação do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).

Nascimento (2012b) destaca que em 2007 com a construção do Plano Nacional de Assistência Estudantil institucionalizam-se as ações de assistência aos estudantes universitários, esse processo ocorre de maneira mais intensa a partir de 2010 em decorrência da aprovação do Decreto Nº. 7.234 que dispõe sobre o PNAES, atribuindo às Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) e aos Institutos Federais (IF) a obrigatoriedade de construir suas próprias políticas de assistência ao estudante. No Artigo 4º desse Decreto tem-se que:

as ações de assistência estudantil serão executadas por instituições federais de ensino superior, abrangendo os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, considerando suas especificidades, as áreas estratégicas de ensino, pesquisa e extensão e aquelas que atendam às necessidades identificadas por seu corpo discente.

Segundo Nascimento (2012b) é sob o discurso da *oportunidade* que ganha relevo o debate sobre a política de Assistência Estudantil, posto que de acordo com o Artigo 4º do Decreto, no parágrafo único, as ações do PNAES devem “considerar a necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras”.

Como público prioritário o Decreto apresenta, em seu Artigo 5º, os “[...] estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas instituições federais de ensino [...]”. Alude-se que o PNAES “faz parte da agenda de debate sobre a



democratização do acesso e permanência do estudante de baixa renda [...], e determina a implementação [...] de ações que visem oferecer as condições necessárias à garantia desta permanência”. (NASCIMENTO, 2012a, p.21).

No dizer de Magalhães (2012, p.96) as ações preconizadas pelo PNAES “se caracterizam como ações afirmativas de permanência, destinadas, prioritariamente, a alunos oriundos das camadas populares, objetivando promover efetivas condições para a realização e conclusão do curso [...]”. Verifica-se, no âmbito do PNAES, Artigo 3º, parágrafo 1º, que as ações de Assistência Estudantil devem ser desenvolvidas nas seguintes áreas: moradia estudantil; alimentação; transporte; atenção à saúde; inclusão digital; cultura; esporte; creche; apoio pedagógico; acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.

Com relação ao desenvolvimento das ações de Assistência Estudantil consoante as áreas estratégicas definidas pelo PNAES, sabe-se que nem todas as IFES e IF atendem ao recomendado, pois não possuem programas, projetos e serviços em todas as áreas. De acordo com Nascimento (2012b, p.154) “em alguns casos, ainda prevalece o ‘tripé’ da assistência estudantil: a Bolsa Permanência, os Restaurantes Universitários e as Casas de Estudantes”.

Aqui cabe mencionar que a Assistência Estudantil não está vinculada à Política de Assistência Social, tendo inclusive legislação própria, e, portanto, não se submetendo aos preceitos da regulamentação da Assistência Social, como vimos ao longo da exposição e análise acerca do Decreto que regulamenta as ações de Assistência Estudantil. Assim, essa política deve ser “[...] entendida enquanto política educacional - uma vez que se trata de ações de cunho assistencial desenvolvidas no âmbito da educação”. (NASCIMENTO, 2012b, p.152).

Magalhães (2012, p.94) alerta que para a elaboração de projetos na área de Assistência Estudantil se mostra como essencial “reconhecer que, no Brasil, grande parte da população vivencia diversas formas de segregação e condições de miséria que variam de intensidade”. Isso comprova a necessidade, sobretudo, de conhecimento e apropriação das diversas determinações que compõem a desigualdade social no cenário brasileiro, com vistas à compreensão dos impactos destas determinações no cotidiano educacional.

Frente a este quadro, concordamos com a assertiva de Magalhães (2012, p.96):



A assistência estudantil deve se tornar uma política institucional que ultrapasse a existência apenas de programas de repasse financeiro, mas que possam ser pensadas ações para o atendimento dos estudantes em seus diversos aspectos e necessidades de modo que sejam oferecidas condições para transpor e superar possíveis obstáculos e dificuldades no seu trajeto acadêmico.

Não obstante as ações de Assistência Estudantil apresentem como público prioritário os estudantes que denotem situação socioeconômica desfavorável, defendemos que o PNAES atenda a totalidade dos estudantes, na perspectiva da garantia do direito às condições de acesso e permanência, considerando as particularidades das necessidades estudantis demandadas em seu cotidiano acadêmico.

Avalia-se que as ações no âmbito da Assistência Estudantil devem ser implementadas respeitando as particularidades estudantis, considerando o contexto educacional brasileiro, de acordo com as ponderações expostas nesse estudo. Essas ações, portanto, “devem estar comprometidas com a ampliação da cobertura de seus serviços, tendo como norte a universalização do acesso”. (NASCIMENTO, 2012b, p.155).

Desse modo reforçamos a necessidade de compreender as questões estruturais que “perpassam os desafios postos à operacionalização das Políticas de Educação, em especial, a Política de Assistência Estudantil enquanto estratégia que fortaleça o exercício da educação enquanto direito”. (NASCIMENTO, 2012a, p.24).

Como dissemos, a política de Assistência Estudantil é um dos espaços sócio-ocupacionais dos assistentes sociais, o que nos remete à reflexão acerca dos direcionamentos profissionais no que tange à elaboração, implementação e avaliação dessa política.

Avaliamos que a defesa da democratização das condições de acesso e permanência denota uma relação com os princípios e valores demarcados no projeto ético-político do Serviço Social, devendo, por sua vez, se apresentar como a matriz referenciadora da atuação profissional do assistente social que se insere no campo das políticas educacionais, explicitamente, a de Assistência Estudantil.

Considerando os apontamentos do sociólogo Francisco de Oliveira (2003 *apud* BEHRING, 2008, p.15), de que “[...] sem os assistentes sociais a criação e a invenção de direitos no Brasil não teria conhecido os avanços que registra”, ajuizamos que no âmbito da luta pela garantia das ações de acesso e permanência se vislumbra a presença dos



profissionais de Serviço Social, que em conjunto com outros sujeitos contribuem para o entendimento e também na operacionalização das ações de Assistência Estudantil numa perspectiva de direito, rompendo com o viés assistencialista que alguns ainda insistem em assim classificar a política de Assistência Estudantil.

Mediante o quadro conjuntural de agravamento das expressões da questão social vivenciadas cotidianamente pelos sujeitos que demandam as ações de Assistência Estudantil, alude-se que a “[...] ampliação da abrangência dos programas da assistência estudantil só será possível se as diretrizes dos programas incorporarem as reais necessidades dos estudantes, o que requer que a interpretação dessas necessidades estudantis seja feita de forma crítica”. (NASCIMENTO, 2012b, p.154).

Destaca-se que a concepção crítica do conceito de necessidades possibilita que o atendimento das necessidades dos estudantes oriente-se a partir da condição social, diga-se, da realidade social na qual esses estudantes estão inseridos. Prontamente, reafirma-se que o parâmetro de atuação nessa política deve ser o compromisso com a ampliação da cobertura de seus serviços, programas e projetos, tendo como norte a universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática, além da qualidade dos serviços prestados, correspondendo aqui no caso da atuação do assistente social ao disposto no projeto ético-político da profissão.

Desta feita, é extremamente fundamental o conhecimento e a análise, por parte dos profissionais ligados à Assistência Estudantil e das instâncias de decisão dessa política, das diversas determinações inerentes à dinâmica de vida dos estudantes. Então como apontado por Magalhães (2012, p.95, *grifo nosso*), “além do conhecimento, é necessário o efetivo envolvimento *dos profissionais* e [...] setores para que, dentro dos limites e das possibilidades, ações concretas possam ser implementadas”, com vistas à democratização das condições de acesso e permanência.

Evidentemente que

[...] nenhuma ação profissional (e não só dos assistentes sociais) suprimirá a pobreza e a desigualdade na ordem do capital. Mas seus níveis e padrões podem variar, e esta variação é absolutamente significativa - e sobre ela pode incidir a ação profissional, incidência que porta as possibilidades da intervenção que justifica e legitima o Serviço Social. O conhecimento desses limites e dessas possibilidades fornece a base para ultrapassar o *messianismo*, que pretende atribuir à profissão poderes



redentores, e o *fatalismo*, que a condena ao burocratismo formalista. (NETTO, 2012, p.166, *grifos originais*).

De acordo com Guerra (2011, p.29) compete aos assistentes sociais “[...] atuar em direção do estabelecimento das condições materiais necessárias a uma intervenção profissional que supere a prática burocratizada, imediatista, reformista”. Concordamos com essa autora quando a mesma alerta, prioritariamente, para a necessidade de reconhecer que as estratégias e táticas políticas de ação profissional secundariza a preocupação com o instrumental técnico.

Ante o cenário dos desafios postos à operacionalização das ações de Assistência Estudantil por parte de diferentes categorias profissionais que atuam nesta política, destacando nessa abordagem a atuação do assistente social, apresenta-se como maior desafio o traço de seletividade e focalização da política. Como resultado desses elementos que caracterizam a Assistência Estudantil constata-se no interior das instituições educacionais a “democratização” somente do acesso, traduzida a partir do aumento de ingressantes nas diferentes modalidades de ensino, o que nos impulsiona a reafirmar a necessidade de viabilizar ao mesmo tempo a democratização das ações de acesso e permanência, devendo ser garantida por parte do Estado, sem que a responsabilidade das condições de acesso e permanência seja transferida para os estudantes e respectivos núcleos familiares. Para tanto, esse posicionamento requer estratégias balizadas, sobretudo, na dimensão ético-política do projeto profissional, nos remetendo a defesa da universalidade do acesso a bens e serviços com primazia para a sua qualidade, de modo que os programas, projetos e serviços da Assistência Estudantil denotem compatibilidade de avanços quantitativa e qualitativamente.

É *mister* registrar que o desafio maior com o qual se defrontam os assistentes sociais consiste em avançar na consolidação e implementação do projeto profissional, inscrevendo ou mesmo materializando seus princípios no cotidiano de trabalho.

IV. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo realizado possibilitou a compreensão de que é na educação que se refletem as desigualdades sociais e econômicas com maior evidência no Brasil. Observou-se que a educação como direito deve contemplar as dimensões do acesso e da



permanência dos estudantes nas diferentes instituições educacionais, com ênfase na democratização dessas dimensões conjuntamente.

Verificou-se que o entendimento crítico dos conceitos de assistência e de necessidades é necessário ao processo que direciona os parâmetros legais da Assistência Estudantil, além do relevante subsídio ao significado das necessidades estudantis. Notou-se ainda que o caráter assistencial é transversal às políticas sociais, portanto, a Assistência Estudantil incorpora o caráter assistencial da política de educação, como evidenciado.

Quanto aos projetos profissionais constatou-se que abarcam as opções teóricas, ideológicas e políticas dos sujeitos profissionais. Em se tratando do projeto ético-político de Serviço Social registrou-se que o seu debate é recente, contudo, a sua história remonta à transição da década de 1970 à de 1980. O Código de Ética Profissional de 1993 foi concebido como basilar do processo de construção do projeto ético-político do Serviço Social no Brasil, cuja conquista da hegemonia no interior da profissão ocorreu nos anos 1990, com indicação de ameaça à referida hegemonia a partir da emergência da cultura do neoliberalismo.

Sobre os valores e princípios expressos no projeto ético-político do Serviço Social denotou-se que os mesmos carecem de tradução e concretização a partir do uso do sistema de mediações, já que a mediação permite captar dialeticamente as contradições do real e compreender o ser social por meio da categoria totalidade.

No âmbito da Assistência Estudantil, viu-se que a aprovação e regulamentação do PNAES em 2010 ganhou importância sob o discurso da oportunidade. Ao analisar o panorama da Assistência Estudantil percebeu-se que esta política comporta programas e ações desarticulados e focalizados que podem responder à ampliação da política, mas a operacionalização se dá sem priorizar a sua qualidade.

Compreendeu-se ainda que os limites conjunturais à implementação das ações de Assistência Estudantil, na perspectiva do direito, reduzem as oportunidades de acesso universal aos serviços, programas e projetos, resultando em implicações para a democratização das condições de acesso e permanência.

De acordo com a análise efetivada, confirmou-se que a defesa, de modo concomitante, da democratização do acesso e da permanência denota uma relação com os princípios do projeto ético-político do Serviço Social, requerendo, por sua vez, a reafirmação e a materialização deste projeto profissional por parte dos assistentes sociais



que estão direta ou indiretamente vinculados ao processo de planejamento, operacionalização e avaliação da política de Assistência Estudantil, o que não restringe a defesa da democratização das ações de acesso e permanência aos profissionais da área de Serviço Social, já que outras categorias profissionais também se inserem na dinâmica dessa política, contudo, cabe demarcar no estudo em tela o papel do assistente social nesse processo.

V. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABEPSS. Formação do assistente social no Brasil e a consolidação do projeto ético-político. In: **Serviço Social & Sociedade**. Ano XXV, n. 79. São Paulo: Cortez, 2004.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. 2ª. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BOSCHETTI, Ivanete. Seguridade Social e projeto ético-político do Serviço Social: que direitos para qual cidadania? In: **Serviço Social & Sociedade**. Ano XXV, n. 79. São Paulo: Cortez, 2004.

CASTRO, Alba Tereza Barroso de. Tendências e contradições da educação pública no Brasil: a crise na universidade e as cotas. In: BOSCHETTI, Ivanete (Organizadoras). **Política social no capitalismo: tendências contemporâneas**. 2ª. ed. São Paulo: 2009, p.242-259.

CFESS. **Código de ética do/a assistente social: Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão**. 10ª. ed. rev. e atual. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

COUTINHO, Carlos Nelson. Pluralismo: dimensões teóricas e políticas. In: **Cadernos ABESS**. n. 4. São Paulo: Cortez, 1991.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5ª. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade do Serviço Social**. 9ª. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 10ª edição. São Paulo: Cortez, 2006.

KOSIK, Karel. **A dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

MAGALHÃES, Rosélia Pinheiro de. Desigualdade, pobreza e educação superior no Brasil. In: **FONAPRACE - Revista Comemorativa 25 anos: histórias, memórias e múltiplos olhares**. PROEX: UFU - MG, 2012, p.88-97.



MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 4ª. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

NASCIMENTO, Clara Martins do. Estado autocrático burguês e Política Educacional no Brasil: contribuições ao debate sobre a Assistência Estudantil nas IFES. In: **Ser Social**. v. 14, n. 30, jan./jun. Unb: Brasília, 2012a, p. 8-27.

_____. Elementos conceituais para pensar a política de assistência estudantil na atualidade. In: **FONAPRACE - Revista Comemorativa 25 anos: histórias, memórias e múltiplos olhares**. PROEX: UFU - MG, 2012b, p.147-157.

NETTO, José Paulo. O Movimento de Reconceituação – 40 anos depois. In: **Serviço Social & Sociedade**. Ano XXVI, n. 84, Novembro. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. Desigualdade, Pobreza e Serviço Social. In: **Revista Em Pauta**. n.19. UERJ: Rio de Janeiro, 2007.

_____. Introdução ao método da teoria social. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

_____. A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. In: **Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional**. São Paulo: Cortez, 2012.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. **Necessidades humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais**. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PONTES, Reinaldo Nobre. **Mediação e Serviço Social: um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo Serviço Social**. 7ª. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SPOSATI, Aldaiza de Oliveira; *et al.* **A assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise**. São Paulo: Cortez, 1989.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social**. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.